



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA

LEI MUNICIPAL Nº 1.456/2022
19 DE ABRIL DE 2022

CERTIFICO QUE
o Documento de Nº Lei. 1.456/2022
foi registrado nesta data no livro desta
Câmara Municipal de Boa Vista do Incra/RS
Em 19/04/22
Responsáveis _____

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA A CONTRIBUIR COM O PAGAMENTO DE PARTE DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA MENSAL ESTABELECIDA NO TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIRMADO COM O INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – IPE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. CLEBER TRENHAGO, Prefeito Municipal de Boa Vista do Incra, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Boa Vista do Incra aprovou o Projeto de Lei do Executivo nº 23/2022, e o mesmo sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Boa Vista do Incra autorizado a contribuir com o pagamento de parte da contrapartida financeira mensal estabelecida no Termo de Contrato de Prestação de Serviços firmado com o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul – IPE SAÚDE, Autarquia Estadual, criada pela Lei nº 15.144/2018, sucessora do IPERGS nos direitos e obrigações relativos ao Sistema IPE Saúde, inscrita no CNPJ sob o nº 30.483.455/0001-76, conforme previsto na Constituição Estadual.

Parágrafo único. O termo de contrato de prestação de serviços consta na minuta anexa que fica fazendo parte integrante da presente Lei.

Art. 2º Pela Prestação dos serviços objeto do Termo de Contrato de Prestação de Serviços firmado com o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul – IPE SAÚDE, será devida



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA

uma contrapartida de 36,17% (trinta e seis inteiros e dezessete centésimos por cento), sendo que municipalidade contribuirá para o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, com um percentual de 10% (dez por cento) sobre o salário de contribuição dos servidores, cabendo aos servidores contribuírem com um percentual de 26,17% (vinte e seis inteiros e dezessete centésimos por cento) sobre seus salários de contribuição, que será descontada diretamente na folha de pagamento.

Art. 3º Os percentuais da contrapartida financeira que serão suportados pelo município e pelos servidores, anualmente, serão definidos por lei municipal de acordo com as condições orçamentárias do município no respectivo exercício.


Art. 4º A adesão dos servidores ao Plano IPE Saúde é facultativa, sendo obrigatória a contribuição dos mesmos no percentual definido no Art. 2º.

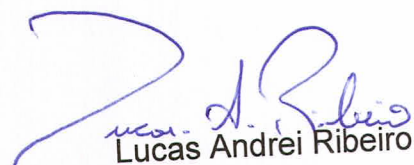
Art. 5º As despesas decorrentes com a contrapartida financeira desta Lei serão empenhadas no elemento 3.3.90.08.00.00.00.00 - Outros benefícios assistenciais do servidor e do militar conforme rubricas previstas na Lei Orçamentária Anual

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 1.047, de 02 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito, 19 de abril de 2022


Cleber Trenhago
Prefeito Municipal


Lucas Andrei Ribeiro
Secretário Municipal de Administração